

Classes e frações de classe no segundo Governo Dilma

Igor Grabois
Economista e docente universitário

Dilma foi reeleita na campanha mais disputada dos tempos recentes. Só logrou vencer as eleições pelo fato de setores populares e da esquerda abraçarem a sua campanha na reta final. Aparentemente, contou com a oposição, durante o período eleitoral, da quase totalidade das classes dominantes.

Rejeitada pelas classes dominantes e reeleita em meio à mobilização popular, Dilma, em seu segundo governo, acendeu esperanças de uma guinada à esquerda. Porém, os nomes do novo ministério sugerem um corte conservador. A composição do novo ministério, notadamente a nova equipe econômica, enfraquece a tese do governo em disputa.

Os governos petistas nunca estiveram em disputa. Cumprem tarefas do desenvolvimento capitalista. Destravam as limitações para a acumulação de capital. Pelas características históricas do Brasil, as bandeiras do desenvolvimento e da democracia são carregadas pelos setores de esquerda. O movimento operário, no Brasil, sempre lutou pela industrialização, pelas liberdades democráticas e por uma rede de proteção social.

Partido com origem no movimento operário, o PT cumpre o dever dos partidos operários que não tem por horizonte a superação do modo de produção capitalista. Administrar o mercado capitalista nos momentos em que logra ocupar governos pela via eleitoral. Nas particularidades nacionais, o curso da acumulação de capital anda paralelo à consolidação de uma rede de proteção social.

Esse duplo movimento converteu a ação dos governos petistas em uma esfinge. Como se garante o emprego, se aumenta a renda do trabalho, se consolida alguma proteção social e não se toca em nenhuma das estruturas que caracterizam a formação social do capitalismo no Brasil?

Garantia de emprego, renda e proteção social fazem parte da paisagem do capitalismo. Em períodos de expansão da economia capitalista, garantem a demanda para a realização do valor. O capitalismo não vive de miséria. Vive de exploração. O estado no capitalismo regula as condições de exploração do trabalho. A taxa de exploração pode ser alta e conviver com a melhoria das condições de vida.

A esquerda brasileira, mesmo a esquerda que reivindica a superação imediata do sistema capitalista, dirige a sua política realizando a crítica da política econômica. Não faz a crítica da economia política. Ou seja, age no campo do mercado capitalista, exigindo uma maior participação do estado na regulação desse mercado.

Ao não se realizar a crítica da economia política, não se consegue entender o novo patamar que se encontra a acumulação de capital no país. Por isso uma política externa “progressista” parece contraditória com uma política monetária “conservadora”, por exemplo. “Progressismo” e “conservadorismo” parecem conviver no mesmo governo.

O governo Dilma, particularmente, tem um viés maior de fortalecimento das condições em que flui a acumulação de capital. No seu primeiro mandato, Dilma não deu atenção aos movimentos sociais. Acreditou que as condições econômicas dariam por si só legitimidade ao seu governo. No início de segundo mandato, Dilma sinaliza um diálogo permanente com os movimentos sociais. Porém, o cerne de seu governo deve permanecer o mesmo. Infraestrutura e financiamentos para o movimento do capital seguir o seu curso.

Classes, frações de classe e luta de classes sob o mandato petista

O capitalismo no Brasil é completo do ponto de vista do seu perfil de classe. Todos os domínios da sociedade e do território se encontram sob as relações de produção capitalista. As formas de produção capitalista são residuais e se encaixam na lógica da reprodução do capital. A etapa monopolista já foi atingida. O predomínio é do capital financeiro, no conceito leniniano, de fusão do capital bancário e industrial.

Os trabalhadores, em sua grande maioria, foram separados dos meios de produção, tendo de buscar a sua sobrevivência com a venda da sua força de trabalho. Adquirem as mercadorias para a reprodução da força de trabalho no mercado, mediante troca de equivalente geral. Um universo de 75 milhões de assalariados produz um poderoso mercado de massas.

Em contrapartida a esse mercado econômico capitalista, existe um mercado eleitoral, em que se permite que partidos de origem operária assumam o governo, no processo conhecido por “alternância de poder”. Neste contexto, os governos sucessivos vão cumprindo tarefas de acordo com o estágio e as necessidades da acumulação de capital.

Os governos Lula-Dilma cumpriram o papel de destravar as restrições econômicas para o livre curso do capital. Equalizaram as necessidades de financiamento do estado. Restabeleceram o equilíbrio das contas externas. Incluíram, na formamercadoria, milhões através da política de recuperação do salário mínimo e de políticas sociais compensatórias¹.

Com políticas micro-econômicas expansivas em meio a uma macro-economia restritiva, o governo estimulou a retomada de investimentos estatais e privados. Mudança da política de empréstimos do BNDES, políticas de conteúdo nacional no petróleo e na saúde, fortalecimento da FINEP e investimentos do PAC conviveram com juros altos e metas altas de superávit primário.

O PIB quadruplicou de 2003 para 2013. O número de trabalhadores da indústria de transformação passou de 4 milhões e 800 mil, em 2003, para quase 13 milhões, em 2013. A construção civil saiu de 2 milhões para 6 de milhões de trabalhadores no mesmo período. Existem no Brasil 9 milhões de CNPJ's, de microempreendedores a grandes monopólios².

A mancha industrial se espalhou pelo território. A indústria naval, renascida na esteira do petróleo, antes concentrada no Rio de Janeiro, tem presença significativa no Ceará, Pernambuco, Alagoas, Bahia, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. A indústria automotiva já vivia um processo de desconcentração territorial desde os anos 90. Esse processo se consolidou no período Lula e Dilma. Há núcleos importantes da indústria automotiva na Bahia, Goiás, Paraná, Rio Grande do Sul, Ceará, Rio de Janeiro e, em breve, Pernambuco, ultrapassando os limites de São Paulo e Minas Gerais.

Os exemplos são inúmeros. Há um significativo pólo farmacêutico em Goiás. Em Minas, existe o Vale da Eletrônica, em Santa Rita do Sapucaí. Há pólos da indústria aeronáutica em Minas e Santa Catarina, tirando a exclusividade do Vale do Paraíba paulista. Sem contar o ressurgimento da indústria bélica.

Esse espalhamento da mancha industrial tem se refletido nos resultados eleitorais. A incorporação de trabalhadores e de regiões ao movimento do capital produziu mudanças perceptíveis, mas que ainda não foram absorvidas pelas classes em luta. Os ganhos e as perdas desse processo não foram distribuídos de maneira uniforme.

¹ Sobre a inclusão forçada no capitalism over Fontes, Virgínia. Brasil e o Capital-imperialismo. Rio de Janeiro: ed UFRJ, 2010.

² Sobre o número de trabalhadores, consultar os dados da RAIS, no Ministério do Trabalho e do Emprego.

O crescimento de algumas regiões foi feito em detrimento do peso de outras. A ascensão material de camadas de trabalhadores aumentou os custos da força de trabalho, principalmente nas micro e pequenas empresas. A expansão econômica criou uma certa rigidez no mercado de trabalho, com um exército de reserva reduzido em seu papel de regulador dos salários.

A expansão social e territorial da produção capitalista foi acompanhada de políticas e investimentos públicos, que por sua vez realimentaram essa expansão. Indubitavelmente, há uma melhoria generalizada das condições de vida. Essa melhoria é inseparável da mudança de patamar da acumulação de capital, em uma dinâmica na qual a aplicação das políticas sociais se insere.

Se em certas regiões, o ritmo é de expansão, em outras a sensação é de estagnação. Esse movimento de expansão-estagnação produz clivagens nas classes dominantes. Tais clivagens transcendem uma eventual dicotomia esfera financeira-esfera produtiva do capital. As duas esferas são inseparáveis, ainda mais em tempos de predomínio do capital financeiro.

A contradição entre regiões que se expandem – Nordeste, Goiás, Rio de Janeiro, Amazonas – com as regiões em que há sensação de estagnação – São Paulo, Paraná, por exemplo – explica parte da divisão das classes dominantes. Indústria versus interesses financeiros também não dá conta da totalidade do conflito de frações da burguesia brasileira. Há industriais que se sentem prejudicados pelo governo federal e banqueiros que se sentem beneficiados.

A campanha eleitoral de 2014 mostrou situações curiosas. O Banco Itaú dirigiu a campanha de Marina Silva e apostou em Aécio no segundo turno. O Bradesco, de maneira discreta, é claro, apoiou Dilma. O núcleo das empreiteiras se dividiu ente Aécio e Dilma. Odebrecht se inclinou para Dilma. A Camargo Correa, em que pese seus contatos petistas, tem uma certa inclinação pelo tucanato paulista.

Contribuições financeiras para as principais campanhas são distribuídas de maneira generalizada, não refletindo, necessariamente a preferência do doador, não sendo uma medida segura de apoio. Mas com certeza, frações e burgueses individuais trabalham para emplacar seus candidatos.

Em relação às escolhas de frações e burgueses individuais, a briga entre Bradesco e Itaú é notável. O Itaú é um banco de administração de investimentos. Sua área de varejo existe para incrementar a área de investimentos. Sua clientela tem uma renda mais alta. O Bradesco é um banco mais prestador. Está mais alinhado com os

bancos estatais, Banco do Brasil e Caixa, compartilhando, inclusive, produtos, como a rede Cielo.

A Odebrecht acompanha boa parte das iniciativas de investimento do governo. Todas as grandes empreiteiras estão presentes nos diversos setores de investimento em infra-estrutura. Mas a Odebrecht tem uma presença mais generalizada. A Camargo Correa predomina nas concessões de estradas, metrô e energia do governo paulista. É mais comprometida com o etanol do que a Odebrecht.

O capital tende à acumulação abstrata, em que se tem ilusão da reprodução dispensando a produção. Quando o capitalismo chega à maturidade, a burguesia abra mão de administrar o ciclo do capital, delegando essas tarefas a executivos. São Paulo é o lugar onde as relações de produção de capitalistas são dominantes há mais tempo. A burguesia paulista é, dentre as diversas frações regionais da burguesia brasileira, a que possui mais riqueza.

A crise dos anos 90 fez com a que a burguesia paulista se desfizesse de suas indústrias, notadamente no setor de autopeças e de eletroeletrônicos de consumo. Nesta década, se desfez, inclusive, das cadeias de distribuição. Uma boa parte da burguesia em São Paulo se converteu o rentismo. Vive de juros da dívida pública, aluguéis e dividendos de ações da Petrobrás e de empresas do setor elétrico.

O rentismo não se confunde com a esfera financeira do capital, forma que o capital assume em determinados momentos de sua circulação, muito menos com o conceito do capital financeiro. O rentismo retira recursos da circulação do capital, colocando capital em alqueive. Distribuir maiores dividendos para os acionistas da Petrobrás está em contradição com o programa de investimentos da estatal. A Sabesp distribuiu generosos dividendos e produziu uma grave crise hídrica.

O traço rentista da burguesia paulista a coloca em oposição apenas ao governo, mas à mudança do patamar da acumulação de capital. A lógica do rentismo é a do patrimônio, da espiral de crescimento da riqueza monetária e imobiliária. O rentismo contaminou parcelas da indústria, que vê as plantas industriais como plataforma de aplicações financeiras.

A fração rentista lidera uma coalizão que inclui a mídia, parcelas significativas da pequena-burguesia, da indústria e membros do judiciário e das carreiras da administração pública. Possui alianças internacionais, com fornecedores de recursos que realimentam a espiral rentista. Esses setores se sentem prejudicados pelas políticas dos governos Lula e Dilma, pelo aumento dos custos salariais ou pela perspectiva de

redução de ganhos em juros, aluguéis e dividendos. A política de juros altos e de livre curso de capitais estrangeiros dá a carne necessária para a reprodução do rentismo.

A disjuntiva que se apresenta para Dilma nesse segundo mandato é levar a termo a mudança iniciada em 2003, fazendo a passagem do Brasil para o circuito imperialista, enfrentando ou não a lógica rentista.

Os cenários de um segundo governo Dilma

O cenário econômico é incerto para os próximos anos. Não há perspectivas de curto prazo para a superação da crise internacional. A desaceleração chinesa reverte o longo processo de inflação de produtos primários e deflação de mercadorias industriais. A União Européia parece viver um longo ciclo de estagnação. A política econômica expansiva do governo japonês não surte efeito. A economia estadunidense alterna momentos de recuperação e de recessão.

A burguesia brasileira congelou investimentos e iniciativas empresariais em função do momento eleitoral e com vistas a arrancar vantagens do governo federal. As desonerações tributárias lograram aumentar a apropriação dos empresários, porém não resultaram em investimentos.

Em um cenário internacional adverso e com uma moratória de investimentos de ampliação de capacidade produtiva, a economia brasileira patina. Há alguns fatos que podem facilitar a condução econômica do segundo governo Dilma. Há solidez nas contas públicas. Um ajuste fiscal, neste momento não precisa, necessariamente, se converter em um abismo. Existe um colchão de reservas internacionais que pode segurar uma boa crise cambial.

A produção de petróleo é crescente. A entrada em funcionamento do novo parque de refino aumentará a produção de derivados, melhorando o balanço de pagamentos. O petróleo, mesmo com a momentânea queda das cotações do barril, seguirá como um dos carros-chefe da economia brasileira.

Uma série de obras iniciadas no primeiro mandato será inaugurada neste segundo mandato. Essas obras na área de transportes e energia terão efeito direto nos custos de produção.

Os governos petistas abriram o espaço para a expansão do capitalismo brasileiro. A integração sul-americana está sendo construída sob hegemonia brasileira. Países tradicionalmente aliados dos EUA, como a Colômbia, se aproximam do Brasil. A

integração sul-americana segue como uma integração produtiva e de infra-estrutura. O porto no Uruguai, o linhão de energia entre Itaipu e Assunção e os projetos militares conjuntos são exemplos desse processo.

A formalização dos BRICS é, em grande parte, obra da diplomacia brasileira. A criação do Banco dos BRICS e do Acordo Contingente de Reservas pode significar um passo na quebra da hegemonia do dólar, operação necessária para a expansão desses países.

As condições para reposicionar o Brasil na disputa inter-imperialista estão dadas. Para a burguesia brasileira significa priorizar negócios com empresas de países fora do circuito Japão-União Européia-EUA. Uma mudança ainda não deglutida pela burguesia brasileira.

O reposicionamento do Brasil no circuito imperialista traz conseqüências políticas. Pode significar que a bandeira do desenvolvimentismo não será mais exclusividade da esquerda. Um partido burguês, que pode se tornar legenda ou não, será necessário para realizar a alternância de poder. As eleições não podem ser decididas na disjuntiva continuidade-retrocesso, para que a acumulação de capital possa seguir seu curso. A burguesia precisará de uma alternativa eleitoral para o pós-PT, que esteja fora da lógica do rentismo, representado pelo PSDB paulista.

O PT não sai impune da função de destravar a acumulação de capital. Sua função de mediação entre capital e trabalho é assumida, hoje, pelos movimentos sociais reivindicatórios e, em menor medida, pelos sindicatos. O PT está mergulhado no jogo eleitoral, na tentativa de assumir posições governamentais e parlamentares. A atual presidenta, embora filiada ao PT, vê como sua missão dotar o Brasil de infra-estrutura e indústria. O papel do PT como representante do movimento operário será, cada vez mais, relativizado.

O ministério que se desenha reflete a coalizão de classes que caracteriza os governos petistas. A equipe econômica tem a cara de um freio de arrumação para possibilitar o próximo salto. Não foi feita para enfrentar o rentismo, mas para contorná-lo. Retoma-se o trabalho de reduzir a dívida pública em relação ao PIB para não se render à taxa de juros de curto prazo imposta pelo mercado.

A política de coalizão produz situações particulares na montagem do ministério. O governo tem dois ministérios da agricultura, o próprio para o agronegócio e o do desenvolvimento agrário, para a agricultura familiar. A situação se repete na divisão entre justiça e direitos humanos e na permanência de ministérios específicos das

questões raciais e de mulheres. A burguesia e os movimentos reivindicatórios cabem no governo. O governo Dilma não é um governo em disputa, como também não foi o governo Lula. São governos de acomodação.

As condições de vida são outras. O patamar da acumulação de capital é outra. As condições de luta, portanto, são outras. O capitalismo ao se desenvolver não resolve as suas contradições. Ao contrário, cria novas. A taxa de exploração hoje é mais alta, a despeito de salários nominais maiores. O gargalo dos serviços públicos aumenta com o crescimento da classe trabalhadora e da formalização das suas relações de trabalho.

Há uma lacuna na conjuntura: a vanguarda que vê como objetivo a superação do modo de produção capitalista. O partido dos comunistas, no sentido clássico do termo. As questões do desenvolvimento capitalista estão sendo resolvidas. A democracia burguesa no Brasil já está sendo forçada nos seus limites. O desafio é unificar, com bandeiras políticas o vasto movimento reivindicatório.

A superação do modo de produção capitalista só ocorrerá quando os trabalhadores a tiverem como necessidade premente. Para tal, as condições históricas deverão ser portadoras de fatores objetivos e subjetivos. A construção da vanguarda acontece com formulação política. Porém, sem luta social, essa formulação se torna letra morta.

A questão colocada é como se rearticula os que têm por objetivo a superação do modo de produção capitalista nas novas características da formação social brasileira. Entendê-la já é um grande passo.